

# Transições

Centro Universitário Barão de Mauá

---

<https://doi.org/10.56344/2675-4398.v4n1a2023.6>



## Título

A independência em perspectiva

## Autores

Tiago Santos Salgado

## Ano de publicação

2023

## Referência

SALGADO, Tiago Santos. A independência em perspectiva. **Transições**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, 2023.

# A INDEPENDÊNCIA EM PERSPECTIVA

Resenha da obra: OLIVEIRA, Cecilia Helena Salles de. **Ideias em confronto: embates pelo poder na Independência do Brasil (1808-1825)**. São Paulo: Todavia, 2022.

Tiago Santos Salgado\*

O ano de 2022 marcou uma efeméride importante para os historiadores brasileiros: o bicentenário da Independência. Como era de se esperar, a discussão em torno da separação entre Brasil e Portugal foi tema de uma série de publicações e eventos governamentais e acadêmicos.

Como também foi um ano eleitoral, de forte polarização política e com a ameaça de reeleição de um candidato de extrema direita – que tem como inimigo declarado as Ciências Humanas –, tornaram-se pauta presente no debate público nacional os usos e as potencialidades política da independência e, assim como a construção e a reapropriação da memória sobre 1822 e do processo que marca a história do país.

Nesse sentido, a obra *Ideias em confronto: Embates pelo poder na Independência do Brasil (1808-1825)*, da historiadora e professora do Museu Paulista Cecilia Helena de Salles de Oliveira, apresenta uma discussão sobre as diversas leituras sobre a independência, assim, como aborda suas implicações políticas e simbólicas para o entendimento do tempo presente.

O livro busca historicizar a independência brasileira fazendo um resgate desde a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808 até as discussões historiográficas que marcaram a República, após 1889. Entre essas discussões, a obra aborda e problematiza uma leitura histórica, cujo objetivo é apresentar uma continuidade evolutiva entre o Império e a República, assim

---

\* Graduado em História pela Unesp, mestre em História pela PUC-SP e doutor em História pela PUC-SP. Contato: tiago\_salgado1986@hotmail.com

como as determinações sociais que ajudam na compreensão da escolha de determinadas datas relacionadas à independência.

Ao questionar uma leitura específica da história brasileira, ainda muito presente em manuais didáticos e outras obras historiográficas, Oliveira chama a atenção para outros atores sociais e históricos que atuaram no processo de independência e para as possibilidades que existiam no contexto em questão. Desse modo, a autora aponta para a ideia de que a História não é uma ciência teleológica, ou seja, não tem um fim definido, e, por isso, como já sabemos o desfecho, procuramos, no passado, evidências que justifiquem como os acontecimentos se desenrolaram no presente.

Aprendemos a conhecer nossa história por meio de saberes e memórias social e culturalmente estranhadas no dia a dia, divulgados de forma simplista. Em vez de esclarecer, muitas das afirmações repetidas desde os bancos escolares colocam sérios obstáculos para a reflexão e a compreensão daquilo que fomos no passado e somos no presente (p.44).

Cabe ao historiador, portanto, atentar para as possibilidades que existiam no momento histórico pesquisado, abrindo seu campo de estudo e investigação também para aquilo que não aconteceu, buscando identificar as tensões e antagonismos que impõem à realidade sua complexidade. Assim, a ideia de que a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, teria determinado a abertura do caminho que, necessariamente, desembocaria na independência é questionada por uma série de elementos e reflexões, os quais colocam tal evento em perspectiva ao considerar a posição relativa do Brasil no Império português, bem como o contexto europeu no final do século XVIII e início do XIX.

Outro aspecto importante da obra, é a preocupação em problematizar a abordagem sobre a vinda da família real o elemento "caricatural", muitas vezes utilizado para retratar a História brasileira. Ou seja, D. João VI e a corte portuguesa não fugiram de forma desordenada e caótica para a América, como muitas vezes já foi colocado. A transferência da sede administrativa do

Império já vinha sendo discutida em Portugal, uma vez que o Brasil era mais populoso e a colônia mais rica do Império.

Tal discussão visava organizar e fortalecer os laços entre a metrópole e as suas colônias, com o objetivo de garantir a reprodução das relações entre Portugal e suas possessões ultramarinas. A própria quantidade de “pessoas e principalmente documentos, mapas, arquivos e registros do Estado português que atravessaram o oceano (p.55)” sugeria uma estadia definitiva na América.

Portanto, a vinda da corte para o Brasil, em 1808, deve também ser pensada nessa perspectiva, e não apenas como uma fuga protegida pela Inglaterra, que buscava abrir os portos brasileiros. Segundo essa visão, a abertura dos portos teria sido decisiva para o fim do Pacto Colonial e o posterior tensionamento das relações entre a elite colonial e burguesia portuguesa.

A correlação de forças políticas e sociais que existiam no Brasil e em Portugal naquele período apresentam uma complexidade muito maior do que o apoio ou não ao pacto colonial, uma vez que os interesses das elites coloniais não eram homogêneos.

Tais complexidades ficaram ainda mais claras com a eclosão da Revolução do Porto, em 1820, e a convocação da Cortes em Portugal. A adoção de uma política de caráter liberal tinha como objetivo otimizar as trocas e as relações políticas, institucionais e econômicas dentro do Império português, e não foi, necessariamente, entendida como uma ameaça à emancipação brasileira, nem mesmo era o objetivo imediato dos revolucionários portugueses.

Em agosto de 1820, a cidade do Porto foi palco de um movimento civil-militar que reivindicava a “salvação da pátria” por meio da convocação das Cortes Gerais que elaborassem uma Constituição capaz de construir uma monarquia liberal e representativa, transformadora de súditos em cidadãos. [...] Não se tratava de um rompimento com o monarca, tampouco com a corte na América, embora isso fizesse parte do horizonte

político dos revolucionários. A reivindicação centra era rever e modificar as relações entre os dois Reinos a partir da instauração de um novo governo monárquico constitucional que, por meio dos representantes da sociedade, teria a missão de 'regenerar' a economia, a política e a grandeza passada de Portugal (p.92).

Assim, o retorno de D. João VI não era algo tido como certo, pois a volta de D. Pedro, como príncipe regente, à Portugal e a manutenção do centro do Império no Rio de Janeiro também foram discutidas. Nem mesmo o retorno da Corte ao território europeu determinou a independência brasileira, já que parte considerável das elites coloniais buscavam acomodar seus interesses mantendo o vínculo com Portugal, por meio da presença de representantes brasileiros nas Cortes portuguesas.

É importante frisar, entretanto, que as forças sociais em disputa por decisões políticas, espaços de atuação e influência, cargos, inserção mercantil e lucros se julgavam membros da nação portuguesa. A diferenças entre elas se baseavam no grau de poder que usufruíram e nas concepções políticas que nutriam acerca do encaminhamento a ser dado aos conflitos dentro do Império. Não se tratava de uma confrontação entre brasileiros e portugueses ou entre portugueses e luso-brasileiros, como se costuma dizer, mas sim de um enfrentamento no âmbito da monarquia portuguesa, com repercussão externas, como ficou apontado em relação à Grã-Bretanha e também à Cisplatina (p.79)

No entanto, o tensionamento das relações entre setores da burguesia portuguesa e, também, estratos das elites brasileiras, em particular as das províncias de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, acabaram por reforçar a liderança de D. Pedro como líder político das elites brasileiras, o que desembocou na independência em 1822. A consagração da independência não significou o fim das tensões coloniais, com bem mostra a obra em questão.

Vários pontos continuavam abertos, em particular, a questão dos portugueses que estavam no Brasil, as dívidas contraídas pela Corte portuguesa durante sua estadia no Rio de Janeiro, e como se constituiriam os

aspectos jurídicos e políticos do país, além da necessidade de reconhecimento da independência pela comunidade internacional. Todos esses fatores foram discutidos durante a Assembleia Constituinte de 1823, a qual anunciou um modelo de monarquia constitucional em que o poder do rei era subtraído em favor do Parlamento, além de apresentar propostas para o fim gradual da escravidão.

Essa Carta não foi aprovada pelo agora imperador, D. Pedro I, que buscou apoio social e político para a elaboração de uma nova Constituição, em 1824, que, então, estabeleceu no país uma monarquia constitucional, com quatro poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador), voto censitário, união entre o trono e o altar e a manutenção da escravidão. Ainda sobre o aspecto monárquico, a continuidade de um português no poder político brasileiro pode ser entendida como uma forma de ganhar apoio da Santa Aliança, uma vez que, dessa maneira, o Brasil mantinha laços com Portugal e abria a possibilidade de um possível retorno à condição de colônia, pois D. Pedro ainda era herdeiro do trono português.

Outro elemento importante discutido no livro é a aparente incompatibilidade entre o liberalismo e a escravidão no Brasil. Como Oliveira demonstra, não existe qualquer contradição entre as ideais liberais e o uso da mão de obra escravizada, uma vez que o ideário liberal vai ser adaptado às condições específicas e às necessidades produtivas das elites brasileiras. Além disso, o livro também recupera a intensa discussão que aconteceu na imprensa brasileira acerca do reinado de D. Pedro I, possibilitando ao leitor identificar a correlação de forças que existia no país durante o período. Como destaca a autora, a palavra, “muito mais do que um registro de acontecimentos e interpretações, é instrumento de ação política” (p.80).

Por fim, o livro aborda a construção de uma memória histórica com o objetivo de retratar a figura de D. Pedro I como grande patrono da independência brasileira – que teria acontecido de maneira pacífica, sem violentas insurreições –, além de discutir as continuidades entre o Império e a República no Brasil, argumentando que existe uma evolução política e social,

e a República seria a consequência da evolução do Império. Dessa forma, a autora recupera questões referentes às datas comemorativas, mostrando que o 7 de setembro foi escolhido como a data oficial das comemorações, bem como outros elementos, por exemplo, a construção do Museu Paulista (conhecido como Museu do Ipiranga), que iniciou em 1885, durante o Segundo Reinado, e terminou em 1890, já na República, sendo um aspecto concreto da ideia de continuidade entre os dois regimes no Brasil.

No que diz respeito ao suposto caráter pacífico da independência, a autora destaca que “estudos recentes demonstram que as guerras desse período ceifaram mais de 50 mil pessoas, entre militares e civis, deixando centenas de milhares feridas, presas ou processadas, muitas das quais optaram pelo exílio temporário na Europa ou na Cisplatina” (p.130).

Por fim, cabe destacar que, em um momento tão importante da vida política nacional, o resgate das discussões sobre o processo de independência brasileira é fundamental não apenas para corrigirmos possíveis equívocos factuais, mas também para resgatar personagens e classes sociais esquecidos pela historiografia tradicional, imbuindo a independência de conteúdo social e, conseqüentemente, nos apropriando da história enquanto agentes ativos.

Dessa forma, por meio de uma produção historiográfica cada vez mais crítica e plural, as comemorações do bicentenário da independência podem ultrapassar os muros das cerimônias oficiais, ganhando outros significados, atuando na construção, mais uma vez, de uma nova independência, mais inclusiva, democrática e mais atenta a diversidade de fontes acerca da independência. É nessa a perspectiva que a obra de Cecília Helena de Salles de Oliveira se insere, tornando-se leitura fundamental, em especial, para professores do Ensino Básico, que cumprem a importante função de introduzir a juventude brasileira ao universo historiográfico.